



Governos de esquerda e o gasto social na América do Sul

Observador On-Line (vol. 2, nº 2, fev. 2007)

ISSN 1809-7588

Julia Sant'Anna
Pesquisadora do OPISA

Introdução

Fala-se muito da onda de esquerda que cobriria atualmente a América do Sul. Simpatizantes comemoram os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Néstor Kirchner, Michelle Bachelet, Evo Morales e Hugo Chávez. Críticos os acusam de populistas e lamentam a maneira como as administrações vêm sendo conduzidas. Neste artigo, investigamos o orçamento social destes governos e procuramos identificar características comuns no que diz respeito aos esforços em direção a prover serviços que promovam a justiça social. Associando dados recentes sobre os gastos sociais com a evolução histórica de cada país desde os anos 80, procura-se identificar a existência ou não de uma tendência comum entre os governos de esquerda na América do Sul. A variação dos gastos sociais da Colômbia é incluída no artigo como elemento de comparação, já que o país não tem em sua história recente governos declaradamente de esquerda.

Evolução do gasto social nas décadas de 1980 e 1990

Estudos comparativos sobre a evolução dos gastos públicos sociais em países da América Latina chamam a atenção para a queda dos gastos sociais entre 1981 e o início da década de 1990. A maior baixa na região foi sentida em 1990¹, e tais cortes poderiam ser explicados como consequência das crises da dívida sofridas por muitos países da região e refletidas internacionalmente. Considerando a tendência média, a América Latina recuperou os

¹ Ocampo, 1998.

valores percentuais de gastos sociais de 1981 apenas no ano de 1993. Desde as graves crises, com lenta recuperação, o gasto público social tem aumentado de maneira sistemática desde começos dos 90. Entre 1990 e 2000, o crescimento médio do orçamento social chegou a 58%, e reduções posteriores foram apenas marginais².

Documento que contém uma metodologia cuidadosa para se comparar gastos sociais dos países da região, a edição de 2005 do *Panorama Social da América Latina*, da Cepal, conclui que os recursos por habitante destinados a educação, saúde, habitação, segurança e assistência social aumentaram em 39% entre o começo dos anos 90 e o biênio 2002-2003. O percentual do gasto público social em relação ao PIB se elevou em mais de dois pontos percentuais (de 12,8% para 15,1%).

As diferenças de gastos entre países são grandes e é difícil estabelecer um padrão seguido por todos, tanto no que diz respeito a gasto social per capita como a gasto social comparado ao PIB ou ao orçamento total. No início dos anos 90, enquanto Argentina e Brasil destinavam ao redor de 19% de seu PIB ao gasto social, a mesma relação não passava de 6% na Bolívia. Esse valor vem aumentando substancialmente, mas os gastos do governo boliviano ainda são os mais baixos se considerarmos o gasto social per capita como elemento comparativo.

Gasto social e o contexto político

São bem recentes os estudos que buscam relações entre os níveis de gasto social e o contexto político dos países da região. Brown e Hunter (1999) investigaram a relação entre democracia e gasto social no período de 1980 a 1992. Chegaram à conclusão de que, em contextos de crise econômica – com baixo nível de renda per capita e crescimento negativo – governos autoritários tendem a diminuir a verba de programas sociais, enquanto governos democráticos tendem a aumentá-la. Em períodos de estabilidade, no entanto, quase não há diferença no comportamento de ambos.

² Cohen, 2005.

Avelino (2000) afirma que as democracias latino-americanas mostraram um impacto positivo sobre as prioridades orçamentárias dos gastos sociais entre 1980 e 1994. Ao investigar a situação em 17 países ao longo desses 14 anos, ele destaca também que, se por um lado a democracia favorece ao aumento de gastos sociais, por outro não se pôde comprovar a boa aplicação dele. A conclusão é de que a democratização não contribuiu como se esperava para a melhoria do bem-estar do pobre. O aumento dos gastos teria beneficiado as classes médias e regiões urbanas, especialmente nos países com maior gasto social per capita (entre eles, Argentina, Brasil e Chile).

Kaufman e Ubierno (2001) se concentram nas reformas ligadas à globalização para tentar identificar mudanças comuns aos países latino-americanos que foram se abrindo comercialmente para o resto do mundo entre 1973 e 1997. Na análise do gasto social agregado, os pesquisadores concluíram que no curto prazo a abertura comercial tem impacto negativo sobre o orçamento social. A consequência desta abertura não necessariamente estimula investimentos em saúde ou educação. A única evidência encontrada sobre os efeitos da abertura comercial e os gastos sociais é a redução dos investimentos em seguridade social.

Estimulada pela chamada onda de esquerda que cobre a região, Santos (2006) realizou análises econométricas para concluir que governos de esquerda que têm maioria legislativa tendem mesmo a gastar mais no setor social. Governos de direita com maioria legislativa, por sua vez, investem menos no social do que governos de direita minoritários. A análise foi feita tomando o período entre 1980 e 1990 e mostrou melhores resultados quando considerado o gasto social agregado em educação e saúde como porcentagem do gasto público total.

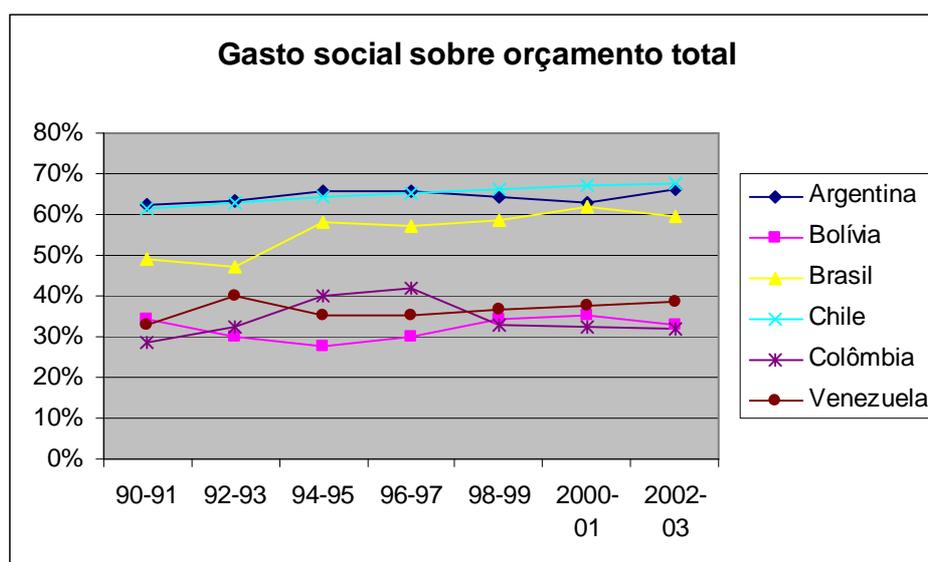
Anos 90 em diante

As conclusões apresentadas por Santos não se confirmam em todos os casos dos países sul-americanos após 1990. Através dos dados relativos ao gasto social agregado apresentados

pela Cepal (2005), pode-se observar tal hipótese se comprova no Chile e na Argentina, mas Brasil, Venezuela e principalmente Bolívia mostram resultados contrários a ela.

O gráfico I apresenta o percentual de gasto social sobre o gasto público total dos seis países sul-americanos observados. Entre Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela, a maior variação no percentual do gasto social aconteceu exatamente no Brasil. A alta de 10,5 pontos percentuais, ainda no governo de Fernando Henrique, aconteceu num período em que Chile, Venezuela, Argentina e Colômbia tiveram aumentos bem mais modestos (respectivamente, 6,4; 5,8; 3,9 e 3,2 pontos percentuais), e a Bolívia experimentou uma queda de 1,4.

Gráfico I



Fonte: Cepal, 2005.

Analisando as trajetórias de cada país separadamente, pode-se observar que o Chile foi o exemplo mais claro da relação entre esquerda e gasto social elevado. O fim do regime de Augusto Pinochet, em 1990, e os governos da coalizão Concertação – que começou com o democrata-cristão Patricio Aylwin e chegou ao socialista Ricardo Lagos no fim da década de 90 – foram acompanhados do aumento contínuo do percentual dos gastos sociais sobre o gasto total. O crescimento constante, porém pequeno, pode ser explicado pelo fato de o

Chile chegar ao fim da década de 90 como o país com maior percentual de gasto social sobre o total dos países observados.

A Argentina de Carlos Menem (1989-1999) apresentou uma variação máxima de dois pontos percentuais durante o período. Pode-se dizer que, se as reformas de mercado realizadas por Menem não inibiram os investimentos sociais, também não o estimularam muito. Talvez a mudança no caso da Argentina tenha um potencial menor por causa de seu patamar já alto, exatamente como acontece no Chile.

A Venezuela apresentou a maior alta e maior baixa durante o governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993), sob intensa crise econômica. A tendência de 1995 em diante, durante a administração de Rafael Caldera é de lenta ascensão mesmo sob crise econômica. Hugo Chávez assume no fim da década dando continuidade ao crescimento do percentual do gasto social sobre o gasto total.

No Brasil, a maior alta se deu durante o governo de Itamar Franco, talvez como reflexo da estabilização pós-Plano Real. O patamar alcançado durante o biênio 94-95 foi mantido durante todo o restante da década de 90, com leves oscilações durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

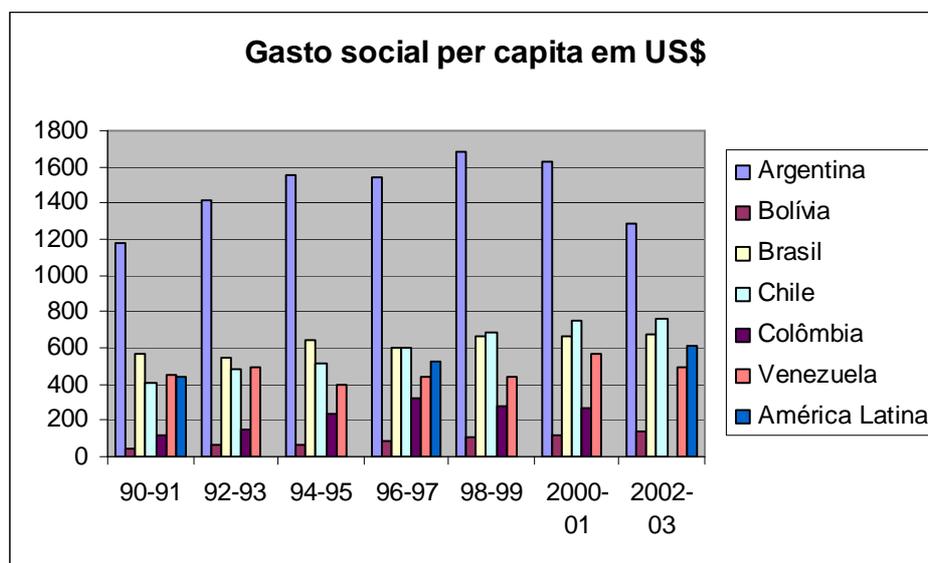
A Bolívia da década de 90, sob forte crise, experimentou queda do percentual do gasto social durante o governo de Jaime Paz Zamora, do Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR, na sigla em espanhol), e leve alta durante o neoliberal Gonzalo Sánchez de Lozada. Os níveis do biênio 90-91 só foram alcançados em 98-99, mas voltaram a cair logo depois. O orçamento social da Colômbia, por sua vez, manteve-se estável, já que a alta de 94-95 e a baixa de 96-97 não passaram de acontecimentos isolados.

Governos atuais

Nos orçamentos apresentados para o ano de 2007, pouco se pode identificar de comum aos representantes da “onda de esquerda” no que diz respeito à alta nos gastos sociais, aos

investimentos dirigidos a educação e saúde e a variações em relação aos governos antecessores.

Gráfico II

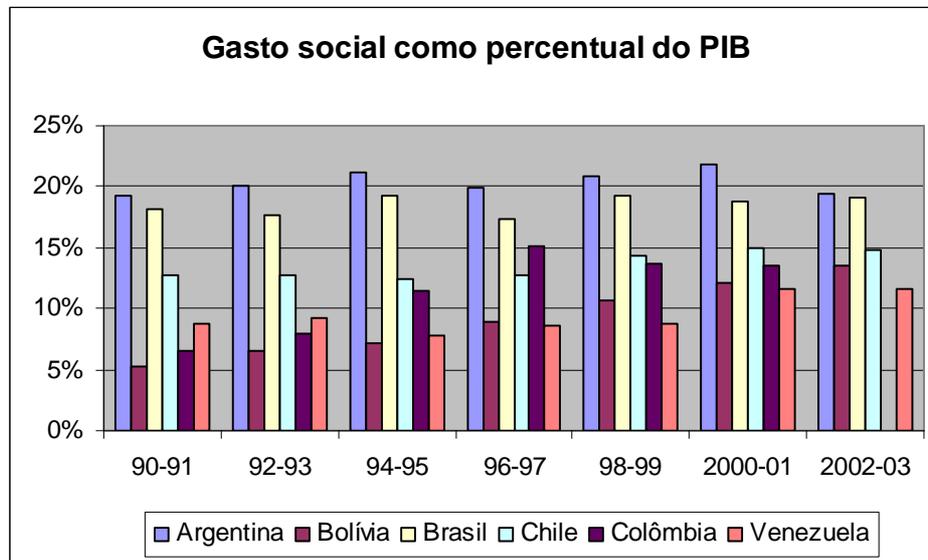


Fonte: Cepal, 2005.

A Bolívia quase triplicou o gasto social per capita entre 1990 e 2003, mas seus níveis continuam sendo de longe os mais baixos e representam a metade do que é gasto por pessoa na Colômbia, o país com o segundo menor gasto social per capita dos países observados (ver gráfico II)³. O principal problema deve-se à baixa produtividade do país, o que pode ser comprovado pela análise do percentual do gasto social sobre o PIB. Como mostra o gráfico III, a Bolívia conseguiu aumentar este valor em 161%, ultrapassando a Venezuela, onde a relação do gasto social sobre o PIB aumentou 32%.

³ Até a publicação do Panorama Social, a Cepal não havia obtido os dados da Colômbia relativos ao biênio 2002-2003.

Gráfico III



Fonte: Cepal, 2005.

Para 2007, o social não está entre as grandes prioridades do governo de Evo Morales – o investimento de 5,6% é considerado uma baixa em relação ao ano anterior –, que se concentra no setor produtivo (transportes e desenvolvimento agropecuário), que receberá 79,8% do orçamento destinado a investimentos do governo.

Já na Venezuela de Hugo Chávez, o percentual do gasto social sobre o gasto total chegará a 44,6% em 2007, o que foi classificado pela imprensa local como cifra recorde no país. De 1990 a 2003, este valor não havia ultrapassado os 40%. A alta do petróleo em 2005 e em 2006 proporcionou lucros recordes às companhias petrolíferas em todo o mundo. A Venezuela faz uso deste lucro para financiar os novos programas sociais de Hugo Chávez e, com isso, aumentar os gastos no setor.

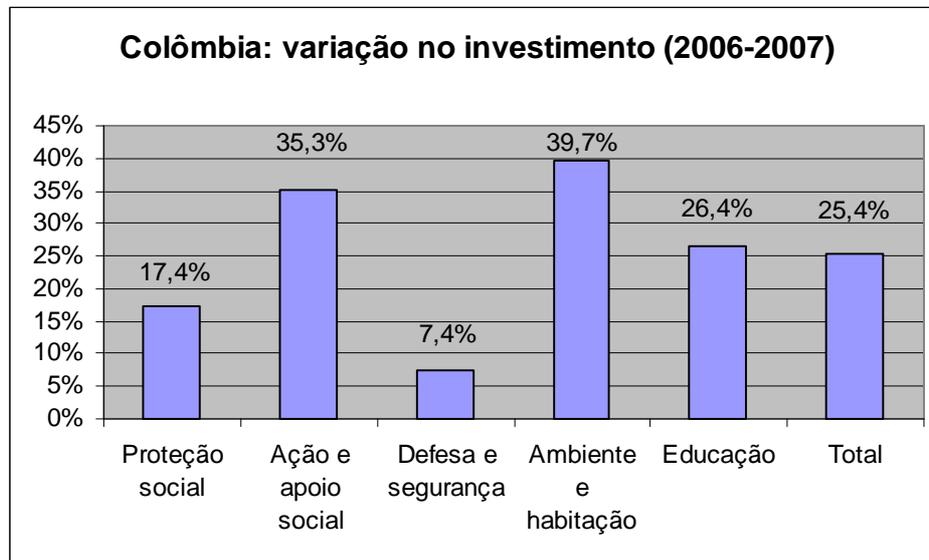
O Chile terá em 2007 a maior expansão orçamentária (8,9%) desde que o país voltou ao regime democrático, em 1990. O aumento dos gastos foi observado principalmente na área social. A fatia referente à saúde, educação e habitação – que representa atualmente 68% dos gastos públicos – sofrerá um aumento de 11%. Segundo analistas, a medida foi beneficiada principalmente pela disparada do preço mundial do cobre. Assim como na Venezuela, portanto, a situação macroeconômica favoreceu o investimento no social e não pode ser

desconsiderada quando se fala de uma esquerda que realmente investe no social. Tanto na Venezuela quanto no Chile os governantes estão em condições bastante favoráveis para um aumento de gastos.

Na Argentina, o orçamento total será 15% superior ao de 2006. A educação, isoladamente, terá um crescimento superior, de 15,9%. O fato foi justificado pela imprensa como estratégia usada pelo governo para garantir apoio da população em ano eleitoral. Críticos do governo, como o economista chefe da Central de Trabalhadores Argentinos, Claudio Lozano, falou ao jornal *Página 12* sobre orçamento de 2007, chamando atenção para o fato de que o gasto social por habitante deste ano é 8% inferior ao de 1998, logo antes do início da grave crise econômica. Entre 2002 e 2003, no entanto, o gasto social era 23,4% inferior ao de 1998. A diferença vem diminuindo, e o gasto social deverá acompanhar a tendência de crescimento do PIB daqui em diante.

Na Colômbia, os investimentos nos setores de Proteção Social, Ação e Apoio Social e Educação terão um aumento médio de 22,6% em 2007, quase três pontos percentuais acima da média total (ver gráfico IV). O número é mais de três vezes o que será destinado à Defesa, setor historicamente privilegiado no país, que luta para solucionar o problema da guerra civil e que receberá um aumento nos investimentos de apenas 7%. Por um lado, o anúncio pode surpreender por ter sido feito durante um governo sabidamente mais conservador que os anteriores. É importante frisar, no entanto, que a Colômbia, pelo menos até 2003, apresentava o menor percentual de gasto social sobre o gasto total entre os analisados (ver gráfico I) e que qualquer aumento nominal destinado ao setor social tende a refletir um percentual alto.

Gráfico IV

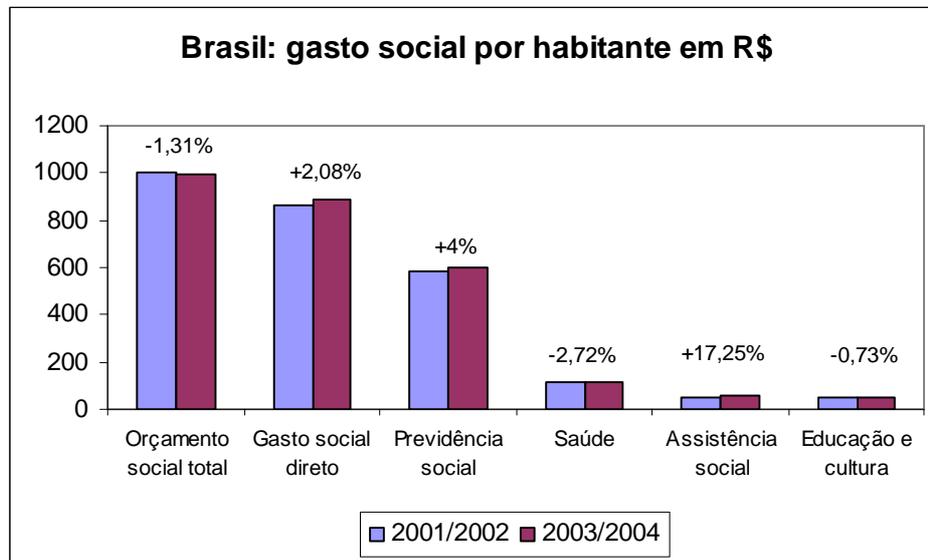


Fonte: Presidência da República da Colômbia.

O orçamento social do Brasil pouco mudou desde o início da década. Segundo Pochmann (2005), em termos reais per capita, houve uma involução do orçamento social do governo federal de quase 8,5% entre 2001 e 2004. Se comparados os biênios governados por Fernando Henrique (2001/2002) e por Lula (2003/2004), a diferença reduz para -1,31%, mas ainda assim o saldo é negativo (ver gráfico V). Se adicionada a esta análise a renda do trabalho, os benefícios sociais entre 2001 e 2004 se tornam ainda mais escassos, pois

“mesmo com a expansão de R\$ 13,1 bilhões relativa aos programas governamentais de transferência de renda (Previdência e Assistência Social), o seu montante terminou sendo insuficiente para compensar o esvaziamento de R\$ 29,2 bilhões da renda do trabalho dos ocupados e do orçamento social do governo federal” (Pochmann, 2005).

Gráfico V



Fonte: Pochmann, 2005.

Em estudo apresentado mais recentemente, Pochmann concluiu que o gasto social médio per capita entre 2003 e 2005, durante o governo Lula, foi de R\$ 1.492, contra R\$ 1.534 nos dois últimos anos de mandato de Fernando Henrique. O economista explica que a queda na gestão de Lula é quase totalmente explicada pelo aperto econômico de 2003, quando o gasto social por habitante caiu de R\$ 1.546 em 2002 para R\$ 1.414, queda de cerca de 9%⁴. A conclusão é de que “há uma certa estabilidade do gasto social durante os dois governos”.

A grande diferença entre as administrações de Fernando Henrique e Lula está no destaque dado pelo governo do segundo à Assistência Social, que teve a maior alta entre todos os tipos de benefício social (17,25%), enquanto saúde e educação apresentaram queda (ver gráfico V). Foi graças a programas como o Bolsa Família, o chamariz de uma gestão social “bem sucedida” durante o governo Lula, que nestes últimos anos a renda dos mais pobres evoluiu muito mais que a renda per capita total. Enquanto a população pobre viu sua renda crescer em uma média de 3,1% ao ano, a renda per capita total caiu a um ritmo de 1,53% anualmente (Kakwani, Neri e Son, 2006).

⁴ Folha de S. Paulo, 2006a.

Gastos progressivos, a grande questão

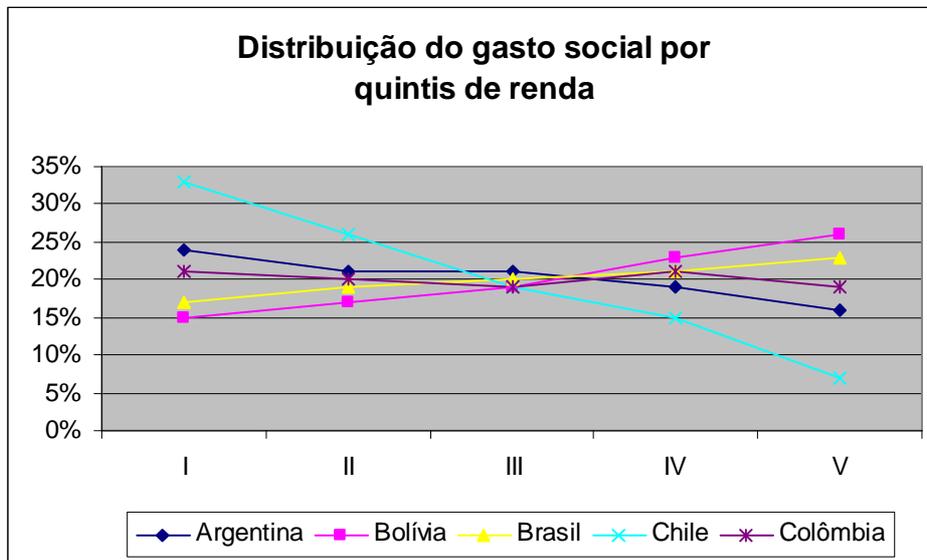
Além da quantidade de verba destinada aos serviços sociais, o grande desafio dos governos sul-americanos é a distribuição deste gasto dentro dos grupos de renda da sociedade. Se, por um lado, a descrição da evolução orçamentária nos países analisados pode mostrar de maneira geral uma maior preocupação com o fator social, por outro, as verbas ainda são muito mal distribuídas na maior parte dos países.

“O gasto público que financia as políticas sociais cresceu mais de 58% durante a década passada (...). As transferências dos bens e serviços entregues pela política social representam pouco mais de 43% da renda dos 20% mais pobres da América Latina. (...) Mas se deve notar que o gasto público social não é suficientemente redistributivo: os 20% mais ricos recebem um volume maior do que o anteriormente mencionado e, em vários países, é o dobro do destinado aos setores mais pobres. Sem dúvida, um dos fatores explicativos disto é o peso da seguridade social no gasto público, que em alguns países represente mais de 50% do total.” (Cohen, 2005)”

O gráfico VI mostra a distribuição dos gastos sociais na Argentina, na Bolívia, no Brasil, no Chile e na Colômbia⁵. É visivelmente grande a diferença entre o Chile e os demais. Os gastos sociais chilenos mostram grande progressividade, ou seja, são inversamente proporcionais à renda do indivíduo. Enquanto os 20% mais pobres recebem 33% das verbas destinadas ao social, aos 20% mais ricos é dirigido 7% do total. Nesta comparação entre os países, que exclui os gastos com seguridade social, o país que apresenta clara tendência regressiva em relação ao orçamento social é a Bolívia, onde os mais pobres recebem 15% do orçamento social e aos mais ricos é dirigido quase o dobro: 26%. Em um país com PIB baixo e poucos recursos para o investimento em benefícios sociais, será interessante observar se ao fim do mandato de Evo Morales, em 2010, o governo conseguirá alterar esta estrutura, tornando a distribuição mais justa.

⁵ O Panorama Social da Cepal de 2005 não dispõe dos dados de distribuição por renda do gasto social na Venezuela.

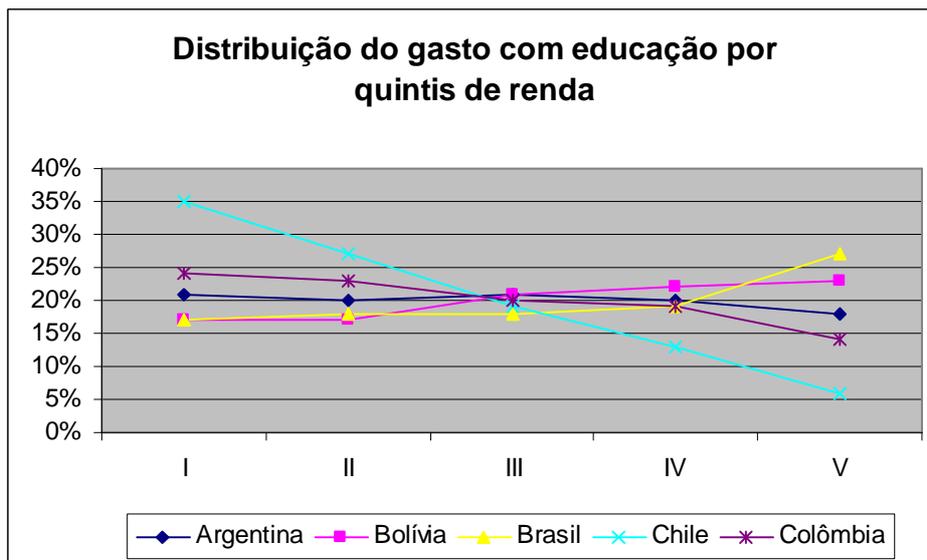
Gráfico VI



Fonte: Cepal, 2005.

No setor educacional (ver gráfico VII), mais uma vez, Chile é o país com a distribuição mais progressiva. O Brasil é o país com a distribuição mais regressiva, com 17% destinados aos 20% mais pobres e 27%, aos mais ricos. A Bolívia tem a segunda pior distribuição de gastos com educação pública.

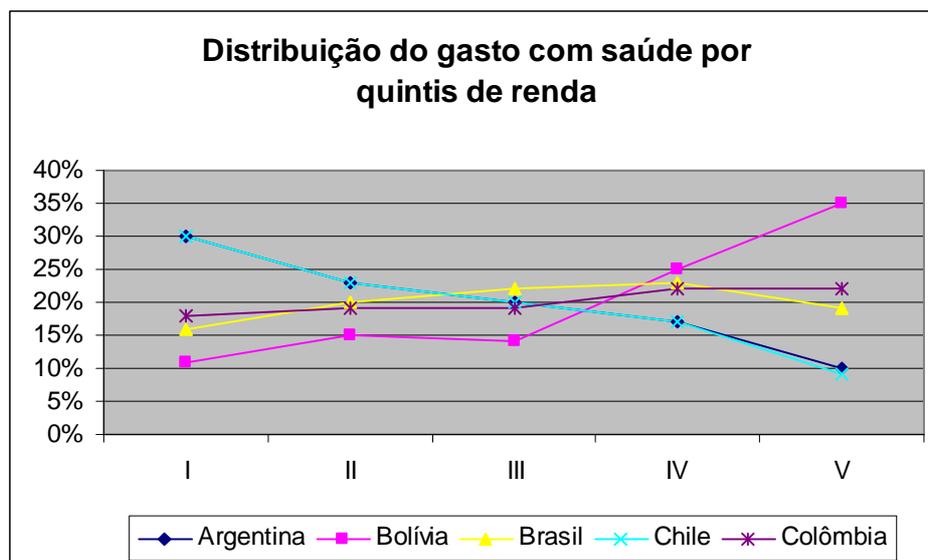
Gráfico VII



Fonte: Cepal, 2005.

Em relação à saúde, o Chile vem acompanhado da Argentina como gestão mais justa dos gastos e a Bolívia, mais uma vez, tem a pior colocação (ver gráfico VIII). O que os 20% mais ricos recebem de benefício é mais de três vezes superior à verba direcionada aos 20% mais pobres.

Gráfico VIII

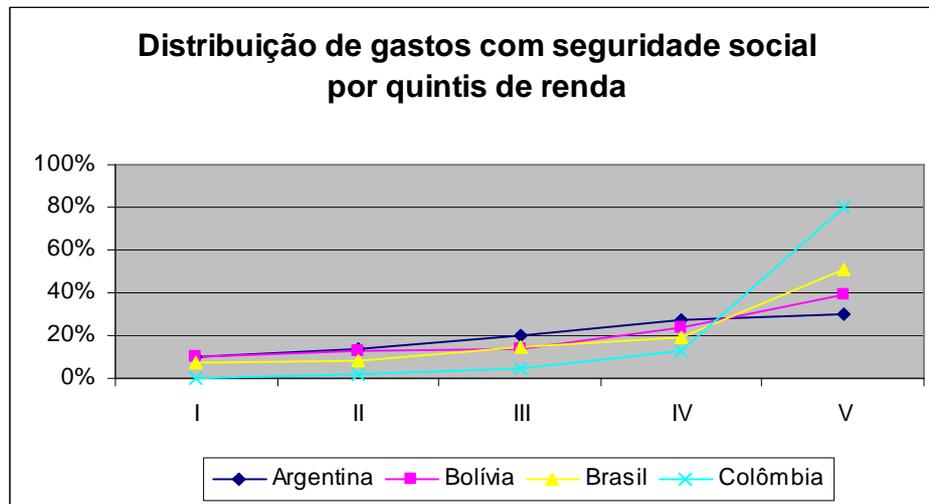


Fonte: Cepal, 2005.

Os resultados mais críticos dizem respeito à distribuição dos benefícios da seguridade social. A Colômbia, onde os 20% mais ricos ganham 40 vezes mais que os 40% mais pobres, tem a política menos regressiva. O Brasil tem a segunda pior distribuição (ver gráfico IX)⁶.

⁶ O Chile está excluído deste gráfico uma vez que seus benefícios de previdência são todos privados.

Gráfico IX

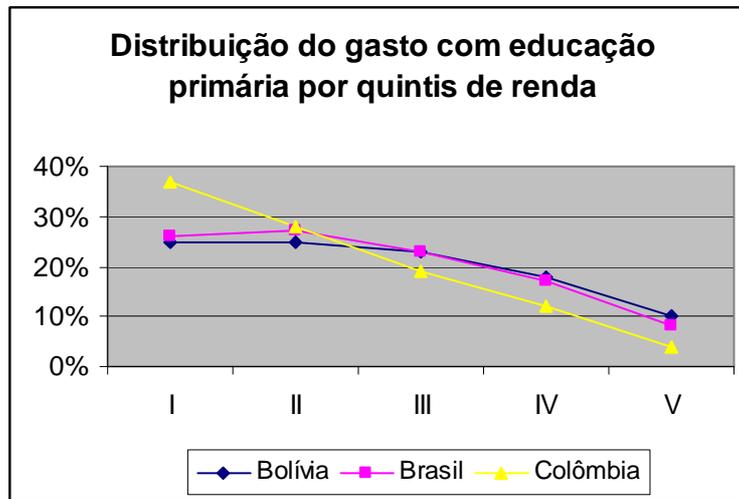


Fonte: Cepal, 2005.

Como principal conquista dos anos 90 no sentido de uma distribuição mais justa do gasto público está o alcance do padrão progressivo na educação primária (ver gráfico X)⁷. O grande desafio desta década é, portanto, a expansão desses esforços para novas áreas. Os exemplos e debates apresentados acima indicam que análises dos orçamentos sociais recentes têm mostrado pouca diferenciação entre governos de esquerda e de direita em relação à evolução e, principalmente, à distribuição dos gastos.

⁷ A tendência verificada nos exemplos boliviano, brasileiro e colombiano é verificada em todos os 11 países latino-americanos que dispõem de dados sobre isso. A Cepal não teve acesso a informação deste tipo da Argentina, do Chile e da Venezuela.

Gráfico X



Fonte: Cepal, 2005.

Se consideramos governos de esquerda os que defendem a tendência mais universalista e redistributiva das políticas sociais, se realmente são eles os que vêm no Estado um instrumento necessário para prover saúde educação e seguridade social principalmente àqueles mais necessitados, Lula, Kirchner, Chávez e Morales ainda têm um longo caminho pela frente.

No caso do Brasil, mais do que aumentar os gastos em Assistência Social, o governo precisa avançar na reforma da previdência para corrigir as distorções distributivas. É um caminho muito mais complicado que aumentar periodicamente os benefícios do Bolsa Família, mas trará resultados muito maiores e mais sólidos no que diz respeito à justiça social. Defensores da focalização como política social capaz de reduzir as profundas desigualdades de renda no Brasil vêm chamando atenção para a queda dos valores do índice de Gini⁸ durante o governo Lula. Costuma-se relacionar a queda do Gini com os avanços nas políticas focalizadas de transferência de renda, especialmente o Bolsa Família. No entanto, fazendo uso de microdados das Pesquisas por Amostra de Domicílio (Pnads), Soares (2006) mostrou que

⁸ O índice de Gini é o indicador mais utilizado para medir a desigualdade em uma determinada sociedade. O resultado igual a 1 indicaria que toda a renda de um país se concentra nas mãos de um único indivíduo. O resultado igual a 0 indicaria que a renda é igualmente distribuída entre todos os indivíduos.

“programas de transferência de renda, tais como o Bolsa Família, são responsáveis por um quarto da queda da desigualdade entre 1995 e 2004, sendo que outros três quartos são atribuíveis à redução da desigualdade nos rendimentos do trabalho”.

Entre 1992 e 2004, o índice de Gini no Brasil teve queda de 0,009 pontos. Neste período alcançou o topo de 0,602, em 1997, e desde então sofre queda constante, chegando a 2004 em 0,574. Considerando que o Gini brasileiro é o mais alto da América do Sul, e que o Chile, segundo país mais desigual, tem níveis que giram ao redor de 0,552, podemos considerar que a queda de 1997 a 2004 é bastante tímida. Adicionando a isto a pesquisa de Soares, conclui-se que se a participação de programas como o Bolsa Família é de um quarto da queda do Gini entre 1995 (quando ele estava em 0,601) e 2004 (quando o Gini chegou a 0,574), sua contribuição ajudou a reduzir a desigualdade em 0,007 pontos do Gini. Todos estes números nos ajudam a entender que, se por um lado as políticas focalizadas vêm ganhando amplo apoio e popularidade, por outro ainda não conseguiram provar serem ferramentas de distribuição de renda mais poderosas que as tradicionais políticas universais.

Nestes próximos anos, os olhos também deverão estar atentos à Bolívia, país beneficiado pela atual situação macroeconômica e atualmente administrado por um governo de esquerda. Evo Morales tem diante de si o desafio de aumentar o percentual do gasto social sobre o orçamento total, seja indiretamente – por meio do investimento em infra-estrutura, estratégia sugerida pelo orçamento de 2007 –, seja pelo repasse direto de receitas obtidas com o crescimento do PIB à área social. Além disso, o já pouco gasto social precisa ter sua estrutura de distribuição reformulada para que algum benefício chegue aos mais pobres.

Graças à alta do petróleo, a Venezuela vem se afastando do grupo de países que, em comparação ao orçamento total, destinam menos verbas ao social. Resta saber se a reforma liderada por Chávez é sustentável e garantirá que as famílias mais pobres continuem protegidas em períodos de queda no valor do petróleo. O governo vem mostrando uma preferência pelo desenvolvimento de programas de transferência de renda, o que, se por um lado mostra resultados imediatos no aumento da renda dos mais pobres, por outro não

garante as melhorias conquistadas em longo prazo, como o desenvolvimento da qualidade da educação.

Conclusão

De uma maneira geral, a década de 2000 mostra menos baixas ou oscilações nos gastos sociais dos seis países estudados: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela. Os observadores mais otimistas dirão que isso é um sinal da retomada de responsabilidades sociais por parte do Estado, como parte do chamado “Pós-Consenso de Washington” (Williamson e Kuczynski, 2004). Os mais críticos tendem a acreditar que os ganhos não são sustentáveis e que uma forte crise econômica abalaria os ganhos já alcançados, podendo fazer com que os gastos voltassem ao patamar do início da década de 90.

Mas se por um lado o crescimento médio dos gastos sociais pôde ser observado em quase todos os países, pouco se fez pela distribuição destes mesmos gastos de maneira a garantir maior benefício aos mais pobres. Em países como Brasil e Venezuela as classes mais baixas têm recebido transferências diretas, que, no entanto, não têm a mesma estabilidade e abrangência das políticas universais de educação e saúde. Essas mantêm um viés regressivo.

Será finalmente classificado como um governo de esquerda no que diz respeito aos serviços de saúde, educação e seguridade social aquele que conseguir reduzir as desigualdades sociais de maneira sustentável. O caminho para isso parece indicar a necessidade de se concentrar nas distorções provocadas pela má distribuição do gasto social de acordo com os níveis de renda. A conquista neste campo em relação à educação primária já é considerada uma vitória pela Cepal e prova que a redistribuição dos gastos não é uma tarefa impossível.

Referências Bibliográficas

Avelino Filho, George (2000) Democratization and social expenditure in Latin America, 1980-1994. *Tese (doutorado)*, Stanford University.

Brown, David S. e Wendy Hunter (1999) “Democracy and Social Spending in Latin America, 1980-92.” *American Political Science Review* 93 (4).

Carvalho Jr, Pedro Humberto Bruno (2006) Análise do Gasto da União em Ações Assistenciais ou Focalizado na População Pobre e em Benefícios Previdenciários de Fortes Impactos Sociais: 1995-2004. *Texto para Discussão n.1236*, Brasília: Ipea.

Cepal (2005) *Panorama social de América Latina 2005*. Santiago do Chile: Cepal.

Cepal (2006) *Panorama Social de América Latina 2006*. Santiago do Chile: Cepal.

Cohen, Ernesto (2005) “Los desafíos de las políticas y la gestión social en América Latina”. *Revista do Serviço Público* 56 (4), p.403-417.

Folha de S. Paulo (2006a) *Sob Lula, gasto social cai e assistencial sobe, diz estudo*. 22/03/2006.

Folha de S. Paulo (2006b) *Governo Lula reduziu gastos com educação*. 11/11/2006.

Folha de S. Paulo (2007) *Em ano eleitoral, governo turbina saúde e assistência*. 05/02/2007.

Kakwani, Nanak; Marcelo Neri e Hyun H. Son (2006) Pro-Poor Growth and Social Programmes in Brazil. *Ensaio Econômico n.639*, Rio de Janeiro: FGV.

Kaufman, Roberto e Alex Segura Ubierno (2001) “Globalization, Domestic Politics and Social Spending in Latin America: A, Time-Series Cross-Section Analysis, 1973-1997.” *World Politics* 53, p.553-87.

Libertad y Desarrollo (2006) “Presupuesto 2007: Una mirada global”. *Temas Públicos* 792, 13/10/2006.

Observatório Político Sul-Americano. *Banco de dados*, 2006 e 2007.

Ocampo, José Antonio (1998) “Distribución del ingreso, pobreza y gasto social en América Latina”. *Revista de la Cepal* 65, p.7-14.

Pochmann, Marcio (2005) “Evidências recentes na relação entre gasto social e desigualdade de renda no Brasil”. *Pensar BH*. Política social 13.

Santos, Cristiane C. Batista (2006) *Ideologia, Partidos Políticos e Gasto Social na América Latina (1980-1999)*. Tese (doutorado), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

Soares, Sergei (2006) “Análise de bem-estar e decomposição por fatores na queda da desigualdade entre 1995 e 2004”. *Econômica*, v.8, n.1, p.83-115.

Williamson, John e Pedro-Pablo Kuczynski (ed.) (2004) *Depois do consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.

Publicações Anteriores

Observador On-Line (vol. 2, nº 1, jan. 2006)

El nuevo Congreso norteamericano y el futuro de la estrategia de liberalización competitiva

Juan Claudio Epsteyn
Pesquisador do OPSA

Um plano para a "economia real": alternativas econômicas do segundo Governo Lula

Vitor Acselrad
Pesquisador do OPSA

Observador On-Line (vol. 1, nº 10, dez. 2006)

La reelección del factor Chávez

Fidel Pérez Flores
Pesquisador do OPSA

Observador On-Line (vol. 1, nº 9, nov. 2006)

Dilemas da Integração: o Paraguai e as assimetrias no Mercosul

Bárbara Lamas
Pesquisadora do OPSA

Democracia e Parlamentos Regionais: Parlacen, Parlandino e Parlasul

Juliana Erthal
Ex-pesquisadora do OPSA

Observador On-Line (vol. 1, nº 8, out. 2006)

As eleições equatorianas de 2006 e os desafios à governabilidade do país

André Luiz Coelho
Pesquisador do OPSA

Observador On-Line (vol. 1, nº 7, set. 2006)

O que falta de social na socialista Bachelet?

Julia Sant'Anna
Pesquisadora do OPSA

Participação Social e Direitos Humanos no Mercosul

Maurício Santoro
Doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ

Observador On-Line (vol. 1, nº 6, ago. 2006)

O papel do Mercosul: a crise das *papeleras* e o processo de integração regional sul-americano

Bruno Magalhães
Pesquisador do OPSA

Observador On-Line (vol. 1, nº 5, jul. 2006)

Os Limites da Integração Financeira e Políticas de Crédito na América do Sul: um novo modelo de desenvolvimento regional?

Carlos Henrique V. Santana e Yuri Kasahara
Pesquisadores do NEIC

Observador On-Line (vol. 1, nº 4, jun. 2006)

Os movimentos indígenas e suas implicações para o processo político na Bolívia e no Peru

Ana Carolina Delgado e Silvia Lemgruber
Pesquisadoras do OPSA

Observador On-Line (vol. 1, nº 3, mai. 2006)

A percepção do Governo Lula sobre o conflito colombiano e os desafios para a construção de um projeto regional de segurança

Mariana Montez Carpes & Iara Costa Leite

Pesquisadoras do OPSA

A política boliviana de nacionalização do petróleo e gás

Cristina Vieira Machado Alexandre

Pesquisadora do OPSA

Observador On-Line (vol. 1, nº 2, abr. 2006)

Eleições e Violência Política no Peru

Marcela Vecchione

Pesquisadora do OPSA

Observador On-Line (vol. 1, nº 1, mar. 2006)

As políticas do gás natural dos governos de Morales e Bachelet

Cristina Alexandre, Flávio Pinheiro e Vitor Acselrad

Pesquisadores OPSA